

O IMIGRANTE ITALIANO E A LUTA PELO TRABALHO FAMILIAR (*)

Zuleika Alvim (**)

1. O COTIDIANO DO TRABALHO

Um trabalho de duas autoras americanas traz uma contribuição significativa para a análise dos padrões de comportamento de grupos submetidos a grandes e bruscas mudanças.

Preocupadas em demonstrar que não existe uma correlação direta e mecânica entre as mudanças de vida materiais e sociais em um grupo e a conseqüente transformação de seus valores ideológicos e comportamentais, como argumentam os funcionalistas, dizem as autoras:

“Velhos valores coexistem e são usados pelo povo para adaptar-se a mudanças externas. Isso pressupõe que o povo percebe e age, nas mudanças que ele experimenta, apoiado em idéias e atitudes que já tinha. . . *O comportamento é mais o efeito de velhas idéias operando num contexto novo, ou em mudança, do que o produto de novas idéias. . .*”(1)

No caso do imigrante italiano em São Paulo, suas raízes culturais mereceram pouca atenção dos analistas preocupados com as relações de trabalho estabelecidas nas fazendas de café, compondo o “sistema de colono”.

Os contratos de trabalho estabelecidos na lavoura cafeeira, bem como o caráter familiar que lhes foi peculiar, nasceram de uma imposição da facção do Oeste paulista e representavam, praticamente, a única opção para o imigrante, no momento de chegada a São Paulo.

No entanto, aos imigrantes também convinha este tipo de contrato, pois era uma forma de trabalho mais próxima àquela desenvolvida no país

(*) Este texto constitui parte de dissertação de mestrado na área História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, defendida em 4 de junho de 1984.

(**) Licenciada em História pela F.F.L.C.H. da USP.

(1) J. W. Scott and L. A. Tilly. “Women’s work and the family in Nineteenth-Century Europe”. In: *Comparative Studies in society and history*. New York 17(1): 35, January, 1975.

de origem e, ainda, o trabalho de todos, a única possibilidade de sobrevivência que o grupo possuía.

Para as grandes ou pequenas unidades familiares cujo destino foi São Paulo, o trabalho de todos era um valor a ser preservado. Para o grupo de arrendatários, meeiros e pequenos proprietários italianos que entraram até 1886 — e também para toda a Europa do século XVIII e XIX — “a unidade fundamental da organização do trabalho é a família. . . O trabalho da família é geralmente dirigido para a propriedade familiar, propriedade considerada como pertencente mais ao grupo do que ao indivíduo... O chefe da família aparece mais como gerente do que como proprietário da terra”.⁽²⁾

Nesse sentido, não é estranho que esses primeiros grupos, ao emigram, desfazendo-se de todos os seus bens, gravados por impostos sobre terras e pela impossibilidade de concorrer no mercado, tenham tomado a decisão enquanto famílias e não na qualidade de indivíduos. Nada a estranhar, terem esses grupos, já em São Paulo, continuado a lutar pelo trabalho de toda a família, com uma vantagem, porém, em relação àqueles que entraram posteriormente: eram grandes famílias já constituídas.

Quanto aos “braccianti”, vindos após 1886, apesar de não mais pertencerem ao universo das grandes famílias, o trabalho familiar continuava ainda como um valor a ser preservado. Não foi, portanto, difícil aos fazendeiros paulistas estabelecer um excedente de mão-de-obra, acenando para o imigrante com a possibilidade de reconstrução do seu mundo perdido.

Ao estudar as relações peculiares de trabalho estabelecidas nas fazendas de café deve-se levar em conta que a imigração italiana, e não só ela, ocorreu de uma sociedade agrária para outra sociedade agrária. A diferença básica devia-se a inexistência no Brasil de um mercado de trabalho pré-industrial, formado por homens livres, uma vez que a exploração da mão-de-obra ainda se apoiava na escravatura, cuja tônica era a violência e a opressão, situação desconhecida para os imigrantes, atraídos para criar um mercado até então inexistente. Tais homens e mulheres vinham de um mundo com regras e valores muito precisos, que guiavam seu comportamento na sociedade de adoção.

Nesse sentido, para compreensão das relações de trabalho estabelecidas nas fazendas de café, não basta a análise dos contratos de trabalho ou das formas de pagamento que obedeciam, mas é preciso buscar a unicidade existente entre trabalho e trabalhadores, neste caso, as famílias imigrantes italianas.

(2) T. Shamin. “The peananty as a political factor”. Cit. in: J. W. Scott et al. op. cit. p. 43.

E. Pleck, numa interessante análise sobre a história do trabalho e da família, mostra como a tentativa de especialização na área de história da sociedade levou muitos pesquisadores a optarem pela história do trabalho ou pela da família, sem conectá-las entre si, agindo “como se as famílias existissem sem trabalhadores e esses independentes das famílias”.⁽³⁾ Buscar essa unicidade dentro da lavoura cafeeira é o objetivo desse capítulo. Para tanto, nossa proposta é examinar sucintamente os contratos de trabalho estabelecidos nas fazendas de café para, em seguida, analisar a importância que o trabalho do conjunto da família representava para o imigrante, e como esses valores foram utilizados pelos fazendeiros para a implantação do sistema de colonato em São Paulo.

O plantio do café obedecia a várias etapas, com contrato diferenciados, especiais para cada uma delas. A primeira delas era a derrubada, quando a fazenda deveria primeiro ser “formada” ou ampliada: esses trabalhos eram executados pelos “trabalhadores por turma”.⁽⁴⁾ A tarefa específica começava pela “derrubada” e “queimada” da floresta, função considerada perigosa e que nos primeiros anos da imigração continuava a ser feita por elementos nacionais, “os homens de Minas” como dizia Pierre Denis.⁽⁵⁾ Mais tarde, os italianos, particularmente os meridionais, também entraram nessa fase de formação de fazendas.⁽⁶⁾

Apesar de encontrarmos, já em 1897, exemplos de empreitadas feitas por italianos, onde não só a formação do cafezal estava incluída, mas também o desmatamento,⁽⁷⁾ parece que esse gênero de contrato, onde a derrubada e a empreitada propriamente eram englobadas, só começou a ser feito mais tarde. Pelo menos as referências a esse gênero de trabalho só aparecem no fim de 1910.⁽⁸⁾

“Esse trabalho de desmatamento é feito normalmente no mês de abril, após terminada a época das chuvas... e são necessários homens práticos e hábeis... Enquanto alguns, com instrumen-

-
- (3) E. H. Pleck, “Two worlds in one: work and family”. In: *Journal of Social History*, 10(2): 128, Winter, 1976.
- (4) Optamos pelo termo “trabalhadores por turma” em vez de “camaradas” porque existia uma diferença entre as duas atividades. O “trabalhador por turma” era um indivíduo normalmente arrematado por um empreiteiro não ligado à fazenda. O seu contrato era com este e durava o tempo da tarefa a ser realizada. O “camarada”, por sua vez, era um indivíduo, ligado à fazenda, ou por um contrato anual para executar tarefas que não competiam ao colono ou pelo período de uma tarefa específica a ser realizada.
- (5) P. Denis. *O Brasil no século XX*. Lisboa, José Bastos Ed., sd. p. 166.
- (6) A.L. Roswadowski “San Paolo”. In: *Emigrazione e Colonie. Raccolta di rapporti degli agenti diplomatici e consolari*. Roma, G. Bertero, 1893, p. 425.
- (7) Ver: “contrato de empreitada para plantio de 200 mil pés de café, feito entre Veridiana Prado e herdeiros e Irmãos Silvelli”. in: E. L. Darrel. *A Família Prado*. São Paulo, Cultura 70, Liv. e Ed., 1977, pp. 332-336.
- (8) O. Felici. *Il Brasile com'è?* Milano, Anonima Livreria Italiana, 1923, p. 193; L. Magrini. In *Brasile*. Torino, Ed. P. Gobetti, 1926, p. 45.

tos apropriados (foices e facões), cortam os pequenos arbustos e... todo tipo de plantas que se entrelaçam nas árvores... outros, armados de machados, abatem as grandes árvores seculares. Depois de abatidas, estas são cortadas para facilitar a queimada... e deixadas a secar até aproximadamente a estação das chuvas, quase sempre em agosto, e aí se põe fogo... O que resta dessa queimada são troncos carbonizados, ou se a madeira ainda está verde, troncos que servem para a construção ou lenha e as cinzas são usadas como adubo".⁽⁹⁾

Paralelamente a esse trabalho iam sendo formados os "viveiros" de café, isto é, a formação de mudas.⁽¹⁰⁾

Nesse gênero de trabalho eram ocupados alguns meses do ano:

Março	—	derrubada
Abril		
Maio	—	deixava-se secas as árvores
Junho		abatidas formavam-se os
Parte julho		"viveiros"
Parte julho	—	queimada (antes de começar
Agosto		a estação das chuvas)

Normalmente, após essa etapa, os "trabalhadores por turma" eram utilizados em outras tarefas nas fazendas: abertura de estradas, construção de pontes, abertura de pastos, enfim, tarefas que não estavam a cargo dos colonos.

Esses trabalhos eram totalmente executados por homens e, quando executados por italianos, "eram sempre indivíduos que deixavam a família na Itália e que se reuniam em grupos de 10 a 30 pessoas que circulavam de um lugar para outro oferecendo o seu braço... recebendo — quando recebiam — no fim do mês ou por trimestre... Seu salário era limpo porque recebiam casa e comida".⁽¹¹⁾

Após a derrubada da floresta vinha a formação do cafezal que aqui se convencionou chamar de empreitada. Dois tipos de famílias italianas se dirigiam para esse tipo de contrato: recém-chegados com algum capital ou aqueles que já viviam em São Paulo há algum tempo e tinham conse-

(9) B. Belli. *Il caffè: il suo paese e la sua importanza* — *San Paolo del Brasile*. Milano, Tip. Hoepli, 1910, pp. 58-59.

(10) B. Belli. *op. cit.*, p. 55.

(11) P. Ghinassi. "Per le nostre colonie". In: *Italia Coloniale*. Roma, (2): 26, feb, 1901.

guido juntar algum dinheiro para aguentar os primeiros tempos na floresta. Eram, portanto, elementos que já haviam vivido a experiência de outros tipos de contratos de trabalho oferecidos aos imigrantes.

No primeiro caso, do imigrante italiano inexperiente, esse tipo de contrato era bastante enganador, pois o induzia a pensar que ao cabo de cinco anos — tempo de duração do contrato — conseguiria comprar seu pedaço de terra com o dinheiro obtido. No entanto, a distância que o separava de qualquer centro, as dificuldades de adaptação e o grande terror, a doença, que acompanhou o italiano como uma sombra durante sua adaptação no Brasil, faziam com que muitas vezes as economias fossem perdidas nas mãos de médicos, farmacêuticos e mesmo na compra de terras inexistentes.

No segundo caso, as chances eram maiores porque conheciam a região e o tipo de trabalho que os aguardava; assim, o imigrante podia esperar um certo lucro, desde que não ficasse doente.

Nessa etapa de formação, o trabalho consistia em fazer covas em pontos já previamente marcados, plantar o café, manter o terreno limpo por quatro anos. Durante esse período, era permitido cultivar milho e feijão entre as fileiras do cafezal. Enquanto a lavoura crescia, o empregado era obrigado, segundo o contrato, a erguer uma cobertura de madeira ou folhas de milho secas (casinha) nos meses de abril e maio de cada ano para proteger todas as plantas com menos de dois anos, desfazendo tais coberturas nos meses de setembro e outubro.⁽¹²⁾ Depois de dois anos o milho ou feijão plantado entre as fileiras do café ajudavam a protegê-lo, dispensando tal trabalho.

Além do café, o grosso do trabalho de empregado estava concentrado na plantação de cereais por sua própria conta e em obras exigidas pela fazenda: manter as “ruas” do café livres de mato, arrumar as cercas, cuidar do pasto e construir sua própria moradia. Os primeiros três anos do contrato ficam assim divididos, segundo foi possível concluir das descrições sobre o trabalho durante o ano agrícola:⁽¹³⁾

-
- (12) G.P. Di Savoia, “Lo stato di San Paolo e l'emigrazione italiana”. In: *Bollettino dell'Emigrazione*. Roma, (3): 12, 1905.
- (13) As tabelas para o ano agrícola do empregado foram por nós elaboradas a partir dos seguintes autores: B. Frescura, *Guida dello stato di San Paolo nel Brasile*. Piacenza, Tip. Faveri, 1904, pp. 100-104; A. Rossi, “Condizioni dei coloni italiani nello stato di San Paolo”. In: *Bollettino dell'Emigrazione*. Roma, (7): 18-22, 60; A. Monaco, “L'Immigrazione italiana nello stato di San Paolo del Brasile”. In: *Bollettino dell'Emigrazione*. Roma, (8): 42-45; G.P. Di Savoia, op. cit. pp. 32-35. Roma, (3): 32-35; S. Coletti, “Lo stato di San Paolo e l'Emigrazione italiana”. In: *Bollettino dell'Emigrazione*. Roma, (14): 4-6; (15): 68-69, 1908; P. Guinassi, op. cit. pp. 24-26; B. op. cit., pp. 55-60.

Setembro	— semeava-se café, milho e feijão e efetuava-se
Outubro	os reparos nas fazendas
Novembro	— tratos do café e dos cereais ⁽¹⁴⁾
Dezembro	— tratos do café e milho, colheita da primeira planta de feijão
Janeiro	— tratos do café e do milho, limpeza e preparo da terra para receber a segunda planta de feijão
Fevereiro	— tratos do café e do milho, semear o segundo feijão
Março	— tratos do café e cereais
Abril	— construção da “casas” para o café
Maiο	— colheita do milho e do segundo feijão
Junho	— tratos do café
Julho	— preparo do terreno para receber o milho e
Agosto	feijão

A partir do quarto ano começava a colheita do café e os meses reservados para isso eram maio, junho, julho e agosto.

O pagamento, neste tipo de contrato, obedecia a dois critérios: quando o empreiteiro tinha um certo capital, todas as despesas de empreitada corriam por sua conta, incluindo contratos de outros trabalhadores, derubada da floresta etc. Neste caso, recebia uma soma em dinheiro correspondente ao número de pés de café entregue no fim do contrato e ficava com todo o lucro obtido na venda do excedente de cereais e o lucro da primeira safra do café.⁽¹⁵⁾

No segundo caso, quando o empreiteiro não possuía capital suficiente para arcar com todas as despesas da tarefa, situação esta mais comum, ao invés de todo o lucro da primeira colheita do café, recebia só uma parte.

Formada a fazenda, os trabalhadores requeridos resumiam-se à manutenção das plantações e à colheita do produto. Para isso, os trabalhadores podiam optar pelo que se convencionou chamar de contrato colônico ou por trabalhar como camaradas. Estes dois tipos de relação de trabalho atraíam a grande maioria dos “braccianti” italianos com famílias pouco numerosas, que chegaram em São Paulo após 1886.

Pelo contrato colônico, o imigrante era obrigado a fazer quatro ou cinco carpas anuais no café, encarregava-se da colheita e era ainda obri-

(14) Tratos do café nessa etapa consistiam em: extrair ervas daninhas, substituir as plantas que morriam, revolver a terra periodicamente, carpir o mato que crescesse em torno das plantações.

(15) P. Guinassi, op. cit., p. 25.

gado a prestar serviços gratuitos nas fazendas, quando requeridos: reparar cercas, construir estradas, cuidar do pasto etc. Tinha direito de semear feijão e milho por conta própria entre as fileiras do café, na proporção de uma fileira de milho e duas de feijão, se o cafezal fosse novo. Caso contrário, recebia para isso um pedaço de terra separado, onde podia plantar seus cereais. O ano agrícola do colono dividia-se assim:⁽¹⁶⁾

Setembro	— limpeza do cafezal (chamava-se “esparramar o cisco”), adubação, quando as plantas exigiam
Outubro	— semeadura do milho e do feijão, trabalhos extras requeridos pela fazenda
Novembro	— primeira carpa do cafezal, trato dos cereais
Dezembro	— segunda carpa do cafezal, tratos do milho, colheita do primeiro feijão
Janeiro	— terceira carpa do cafezal, tratos do milho
Fevereiro	— semeadura do segundo feijão
Março	— quarta carpa do cafezal, trato dos cereais
Abril	— quinta carpa do cafezal, colheita do milho e do segundo feijão
Maiο	— colheita do café
Junho	
Julho	— preparo do terreno para receber o milho e o feijão
Agosto	

Seus salários também estavam divididos em três partes: soma em dinheiro para as carpas, cuja unidade básica era 1.000 pés de cafés; uma soma em dinheiro pela colheita, cuja unidade básica era um volume de grãos com 50 litros e o lucro obtido com a venda do excedente de cereais plantados.

As demais tarefas nas fazendas eram executadas pelos camaradas. Por este contrato, os imigrantes podiam trabalhar no beneficiamento do café, na colheita e em várias outras atividades não especializadas: cuidar dos animais, auxílio de carroceiros, carregar sacos, reparar os pastos, estradas etc.⁽¹⁷⁾

A divisão do ano agrícola, para esta categoria, não era muito clara, pois tais tarefas se entrelaçavam, à medida em que se faziam necessárias, com as tarefas básicas da fazenda, já discriminadas; muitas vezes, velhos

(16) Cf. nota 13.

(17) B. Frescura, op. cit., pp. 67, 121.

ou crianças de famílias de colonos, podiam trabalhar nestas atividades, complementando com suas remunerações, os poucos recursos obtidos com a lavoura do café propriamente dita.

Os salários dessa categoria de trabalhadores eram calculados por dia de trabalho ou pela tarefa executada. Quem recebia alimentos como parte do pagamento, tinha o salário diário descontado entre 15 a 20%. Não tinha direito a fazer culturas de subsistência, mas, quando fixo nas fazendas, recebia casa grátis para morar.

Basicamente, foram entre essas quatro formas de contratos que os imigrantes puderam optar.

2. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A SOBREVIVÊNCIA DO GRUPO

Resta-nos analisar a importância que o trabalho conjunto da família representava para as famílias trabalhadoras; para isso, porém, é preciso retroceder na história de vida do imigrante, pois ela servirá de apoio à sua aproximação com a nova realidade.

Analisar cada uma das áreas expulsoras italianas, com suas particularidades, em termos de contrato de trabalho, bem como a divisão de tarefas entre os componentes da família, seria praticamente impossível, dada a enorme variedade de nuances que caracteriza cada uma dessas regiões. Optamos, portanto, como exemplo, pela região vêneta, devido à sua importância no componente imigratório paulista.

Observando as duas áreas agrícolas do Veneto em conjunto, a planície, onde predominavam as plantações de arroz, linho ou cânhamo alternadamente e as regiões de colina, nas quais o linho e o arroz perdem importância para as vinhas e o trigo, podemos estabelecer, da seguinte forma, a grosso modo, o roteiro anual do trabalho e da divisão sexual implícita:

Março

Homens

- preparam o campo para o linho; preparam o campo para o arroz, irrigação de canais, preparação das valas para escoamento das águas, limpeza e revisão dos diques.

Mulheres

- ainda fiam, terminando o trabalho executado durante o inverno: fiação do linho, cânhamo e lã; ocupam-se das hortas e animais pequenos.

Abril

Homens

- começam a arar a terra para para o milho; semeiam o milho.

Mulheres

- começam a tirar ervas daninhas do linho; ajudam nos trabalhos do milho; fim do mês: trabalho nos arrozais — sementeira.

- Todos trabalham com o bicho-da-seda: preparam as folhas de amora, colocam-nas em estufas.

Mai

- cortam o primeiro feno; revolvem a terra em volta do milho; podam a vinha, reparam as estacas para amarrar ramos novos da vinha.

- ocupadas na extração das parasitas e ervas daninhas do arroz; ajudam nos trabalhos de limpeza de milho.

Junho

- Continuam os trabalhos com o milho; amarram os novos ramos da vinha; preparam engradados para transportar o bicho-da-seda aos bosques; cortam e colocam nos silos o último feno de maio.

- continuam os tratos do arroz e milho; preparam a maior quantidade possível de folhas de amoras para o bicho-da-seda; ajudam no trabalho do feno, normalmente amarram os grandes feixes.

- fim do mês, todos empenhados na terrível tarefa que é arrancar o linho.

Julho

- Todos são chamados para ceifar o trigo.
- ceifam, transportam o trigo aos celeiros e batem-no; extração das sementes do linho com as quais se faz óleo; preparam os campos liberados pelo trigo para plantar milho ou plantas forrageiras.

- ceifam o trigo, ajudam a fazer feixes para o transporte; macearam o linho, estendem os seus caules sobre os campos para secá-los; extraem as ervas daninhas e limpam o milho e o arroz.

- grande ceifa do segundo feno onde todos trabalham.

Agosto

- colhem o milho — todos participam.

Homens

- trabalhos posteriores com o trigo: abaná-lo para limpar, armazená-lo; amontoar nos silos o feno ceifado; transportar o milho para as eiras para secá-lo, limpá-lo e preparar os montes a serem divididos.

Mulheres

- respiga de milho — pela tradição era um trabalho só feminino;⁽¹⁸⁾ derrubar os pés de milho para posterior limpeza dos campos; ajudam na limpeza dos campos e nos trabalhos posteriores com o milho e o trigo.

Setembro

- Transportam, batem e pulem o arroz; preparação dos campos para receber o novo trigo em fins de outubro; ultimar os trabalhos com o feno que porventura ainda reste; cuidados com as plantas forrageiras para enfrentar o inverno que se aproxima.
- praticamente ocupadas todo o mês com a ceifa do arroz, trabalho este executado só por mulheres; respiga do arroz; cuidados finais com o linho.

Outubro

- finalmente começava-se a colheita da vinha, onde todos eram empregados; em seguida faziam o vinho.⁽¹⁹⁾

(18) A "respiga", como o próprio nome indica, consistia em recolher as espigas abandonadas no solo depois da ceifa. No caso do milho era um trabalho que cabia às mulheres e que, pela tradição em alguns lugares, e por obrigação em outros, era depois dividido com a dona da propriedade ou com a mulher mais importante da família do proprietário. Ver: *Atti della Giunta per la Inchiesta Agraria e sulle condizioni della classe agricola*. (AGIA). Roma, 1882. vol. V. pp. 98-99.

(19) Os dados sobre o roteiro anual do trabalho e a divisão sexual a que este obedecia, foram extraídos dos: AGIA op. cit., Vol. V pp. 94-140; Vol. VI, t. II, pp. 505-507.

No inverno, as atividades diminuam muito. Era o período utilizado para reparos na propriedade, debulho de milho, matança de porcos e preparo da charcuteria. Era o período utilizado para as pequenas indústrias domésticas como a fiação rústica de tecidos e os trabalhos em palha. O trabalho feminino ganhava novamente primazia e isto “significava a diferença entre a subsistência e a miséria próxima”.⁽²⁰⁾ Eram as mulheres, com a fiação do cânhamo, linho e lã, que praticamente mantinham a família nesse período, porque o trabalho masculino, além de raramente requisitado, era mal remunerado.

No caso daqueles que se ocupavam de uma propriedade como meeiros ou pequenos proprietários, “todos os membros da família recebiam tarefas. A uns cabia cuidar das vacas; aos outros, dos cavalos; à grande maioria dos campos. . . igual distinção reinava entre as mulheres; uma era encarregada da cozinha, outra da lavagem da roupa e todas dependiam daquela que comandava a família, normalmente a mais velha, mas nem sempre. . . Era a ‘patroa’, a chefe”.⁽²¹⁾

Os velhos, quando não assalariados, não estavam excluídos do trabalho.

“Se não podiam mais arar ou ocupar-se de outras tarefas pesadas, ficavam em casa, mas cuidavam de animais pequenos, da limpeza dos estábulos etc. E as crianças ainda muito pequenas para trabalharem nas colheitas ou em qualquer outra atividade, levavam as galinhas, gansos, perus etc. para ciscarem e vigiavam para que não estragassem as plantações”.⁽²²⁾

Essa divisão de tarefas implicava, necessariamente, no trabalho de todos e a “motivação de seus membros: ao contrário dos padrões capitalistas, não tinha o lucro como meta, mas buscava garantir as necessidades da família”.⁽²³⁾

Todos trabalhavam e o problema básico da família era a distribuição das tarefas entre seus membros, de acordo com a idade, sexo, ou posição dentro do núcleo, para que sua sobrevivência fosse garantida. Essa forma de trabalho era quase um pré-requisito das sociedades pré-industriais e não foi um fenômeno particular à Itália, como bem ilustra a obra de Peter Laslett, para a Inglaterra.⁽²⁴⁾

Os “braccianti”, mais do que agricultores estabelecidos, compunham grupos itinerantes, cujo tempo máximo de contrato assegurado era o ano

(20) J. W. Scott and L. A. Tilly. op. cit., p. 46.

(21) AGIA op. cit., Vol. V. p. 634.

(22) Idem, ibidem. p. 642.

(23) J. W. Scott and L. A. Tilly. op. cit.

(24) P. Laslett. *O mundo que perdemos*. Lisboa, Edições Cosmos, 1975, pp. 21-46.

agrícola, quando se tratava de "braccianti" fixos. Nesse caso, efetivamente, os salários eram pagos individualmente. Mas ainda assim o caráter familiar do trabalho não tinha sido absolutamente abolido.

Para esta categoria, a posse da terra já deixara, há muito tempo, de ser uma realidade: a opção existente era o trabalho nas grandes fazendas, já calcadas no modelo capitalista de exploração da terra. Assim era em toda a região do Vale do Pó, com suas extensas plantações de arroz, de onde tantos imigrantes partiram para o Brasil.

Nessas plantações, as diferenças contratuais pautavam-se na especialização do trabalho e não no tipo de exploração da terra. Assim, por exemplo, um vaqueiro recebia uma parte do seu pagamento em dinheiro, mais casa grátis, cereais, parte da produção do bicho-da-seda, lenha; sua família era livre para ocupar-se em outros trabalhos, podendo empregar-se em outras atividades menos especializadas dentro das fazendas, ou ainda dedicar-se à pequena indústria doméstica, como a tecelagem.

Outros exemplo é o do fabricante de queijos, que recebia um salário e parte do pagamento em gêneros, incluindo além dos cereais e da lenha, uma parte da produção de queijos.⁽²⁵⁾ O mesmo acontecia com os trabalhadores encarregados das plantações de arroz, do trigo etc.

Trabalhadores menos especializados empregavam-se como ceifadores, carpideiros, tosadores, carroceiros etc., e, normalmente, recebiam em dinheiro ou por tarefa realizada, como os camaradas em São Paulo.

Além dos pagamentos serem em dinheiro e gêneros, os contratos eram normalmente anuais e os patrões não tinham para com os camponeses qualquer obrigação. O trabalho de todos os membros da família, porém, eram indispensável para assegurar a sobrevivência do grupo.

A segurança de um contrato duradouro implicava no trabalho do grupo familiar. Por exemplo, nas plantações de arroz, "mães, mulheres, filhas e irmãs de todos os homens estabelecidos na propriedade como vaqueiros, carroceiros ou 'braccianti' fixos, eram obrigadas a trabalhar nos arrozais",⁽²⁶⁾ porém recebendo salários individuais.

A realidade era diferente para os "braccianti" diaristas: a unidade familiar no trabalho já não existia; homens e, em muitos casos, também mulheres circulavam de um lado para outro à procura de serviços; o que os obrigava a passar longos períodos distantes do lar, passando privações para economizar seus salários, que eram levados para casa para a manutenção do grupo.

(25) AGIA op. cit., Vol. V, p. 293; Vol. VI, p. 491.

(26) Idem, ibidem.

No caso dos “braccianti” diaristas, a importância do trabalho feminino, das crianças e velhos duplicava-se. Como os homens eram obrigados a circular de um lado para o outro a procura de trabalho, a tarefa de dirigir a família e mantê-la alimentada e vestida cabia à mulher.

“Temporários ou permanentes que fossem os vazios ou desequilíbrios demográficos provocados pela emigração, parecem ter incidido sensivelmente sobre a posição da cota ‘marginal’ da força de trabalho rural: mulheres, crianças e velhos. Numerosos são os testemunhos do maior emprego desses elementos, seja na pequena propriedade familiar, no restrito mercado de trabalho temporário, ou no setor dos ‘braccianti’ propriamente dito. . .”.⁽²⁷⁾

Nessas condições, muitas mulheres tornaram-se “assalariadas em pequenas indústrias domésticas, como, por exemplo, na fabricação de queijos”⁽²⁸⁾ ou ainda em trabalhos inumanos. Diz um autor, referindo-se a província de Udine: “nas cidadezinhas da montanha. . . a mulher é constrangida a fazer o papel do animal de carga, percorrendo muitos quilômetros carregando nos ombros cargas de 60 quilos, ganhando em média 0,5 centavos de lira por quilômetro”.⁽²⁹⁾

Dessa forma, fosse o trabalho executado na pequena propriedade familiar, ou fora dela, esperava-se que todos os membros da família trabalhassem, pois a parca remuneração com que as mulheres, crianças e velhos contribuíam não significava uma complementação do trabalho masculino, mas a simples possibilidade de sobrevivência.

Estes homens e mulheres constituíram o maior contingente de imigrantes que acabaram aportando nas lavouras cafeeira paulistas. Portanto, partir para qualquer análise sobre as relações de trabalho que se estabeleceram nas fazendas de café, sem levar em conta a importância do trabalho familiar para a sobrevivência do grupo imigrante, pouco ajudará na compreensão do comportamento do imigrante italiano em São Paulo.

No aspecto econômico o trabalho familiar representa, para o fazendeiro o limite da exploração e para o camponês o limite da sua sobrevivência; mas, tem também um valor para a sociedade camponesa. Na Itália foi preciso quase um século para que desaparecesse;⁽³⁰⁾ nos países de imigra-

(27) E. Sori. *L'Emigrazione italiana dall'Unità alla seconda Guerra Mondiale*. Bologna, Il Mulino, 1979, p. 192-193; E. Franzina. *La grande emigrazione*. Venezia, Marsilio, 1976, p. 229, nota 87.

(28) S. Pucchini. “Condizione della donna e questione femminile (1892-1922)”. In: *Questione femminile in Italia dal' 900 ad oggi*. Milano, Franco Angeli, 1979, p. 22.

(29) L. Carpi. *Delle colonie e dell'emigrazione d'italiano all'estero sotto l'aspetto dell'industria, commercio, agricoltura e con trattazione d'importanti questioni sociali*. Milano, Tip. Editrice Lombarda, 1874, p. 220.

(30) J. W. Scott, and L. A. Tilly. op. cit.

ção, não continuou simplesmente como um valor transplantado para uma sociedade nova, mas foi uma arma vital na luta ferrenha contra o processo de proletarização, já iniciado na Itália, e que a maioria desses homens e mulheres enfrentou no Brasil, Argentina e Estados Unidos.

É preciso notar que o trabalho familiar, mais do que um estigma a ser rejeitado — posição essa que faz parte de uma ideologia que surge “com o crescimento e difusão de valores da classe média no século XIX”⁽³¹⁾ — era um valor desejado pelo homem pré-industrial.

Um outro dado a sublinhar é que a divisão da família não foi um processo ocorrido com a industrialização, mas já era um dado patente muito antes dela se tornar realidade. Como diz E. Pleck, “os trabalhadores assalariados sem terra estavam tão separados de seus lares como os modernos proletários”.⁽³²⁾

Na Itália, como para o resto da Europa, a responsabilidade por essa separação, coube à subdivisão da terra, lá ocorrida entre fins do século XVIII e início do XIX e não à produção industrial.

Nesse sentido, o trabalho nas lavouras cafeeiras, reconstituindo o núcleo familiar devido às suas próprias características, representava uma atração bastante tentadora. Não significava apenas a possibilidade de independência econômica, para famílias reduzidas a um virtual nomadismo — como ocorreu com a maioria dos emigrados para o Brasil, após 1886 — mas também a possibilidade de reconstituir o núcleo familiar, onde o trabalho de todos contaria para o bem comum; isso independentemente de irem para o campo ou para a cidade, pois a opção pela cidade não significaria o abandono do trabalho familiar, onde seriam artesãos ou pequenos negociantes, com todos os membros da família participando dos negócios.

Não por acaso todo o programa de atração de imigrantes acenava com valores que lhes eram peculiares. É o caso da propaganda dos núcleos coloniais feita a princípio e que ressaltava a possibilidade de reconstrução da pequena propriedade perdida.

É bom lembrar que 11 núcleos coloniais foram fundados, em São Paulo, no período de 1886 a 1890. Foi a tática mais condizente para o grupo de pequenos agricultores, arrendatários e meeiros, com suas grandes famílias, que caracterizaram a primeira fase imigratória.

(31) *Idem, ibidem.* As autoras discutem essa posição rebatendo a teoria de W. Goode, segundo a qual à mulher cabia um papel específico, que dependia da sua condição feminina. Dizem as autoras que este é um valor próprio da classe média, recentemente aceito e compatível com as noções de “direito e responsabilidade do indivíduo”. A decisão hierárquica do trabalho dentro da família que atribui ao marido o papel de ganhador do pão e à mulher o papel de guardiã moral, surgiu claramente no século XIX.

(32) E. H. Pleck. *op. cit.*, p. 126.

Quando os fazendeiros conseguiram, com seu sistema de financiamentos de passagens, atingir os “braccianti” já destituídos de terra, a promessa da pequena propriedade perdeu temporariamente sua importância, substituída por uma propaganda cuja tônica estava centrada no trabalho familiar, no esforço conjunto que permitiria compor alguma poupança. Antonio Prado, num seu discurso, é claro a respeito: “a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema, porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família, se for morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras. . .”.⁽³³⁾

Para o fazendeiro, evidentemente, a utilização de valores caros aos imigrantes não se limitou às táticas de propaganda. Na essência, o trabalho familiar, possibilitava um excedente de mão-de-obra, com o trabalho das mulheres e crianças, e, conseqüentemente, custava menos aos fazendeiros do que os trabalhadores individuais.⁽³⁴⁾

Porém, com toda a violência que caracterizou as relações de trabalho no período do colonato, o caráter familiar do trabalho persistiu até 1950 e a explicação não está só nas vantagens que os fazendeiros podiam auferir, pois o grupo trabalhador era também um agente nesse processo.

Um recente trabalho de uma brasilianista, preocupada em demonstrar como foi possível a permanência do trabalho familiar durante o colonato, em detrimento dos trabalhadores individuais, argumenta que, além do excedente econômico que o fazendeiro podia auferir com o trabalho de todos, é preciso ainda considerar a “influência da ideologia dominante como determinante na persistência da família trabalhadora”, pois, segundo a autora, a burguesia, como “parte de sua dominação e legitimação, tende a ‘naturalizar’ e assim universalizar aquelas instituições que asseguram sua própria perpetuação entre elas, o casamento, a família e a divisão sexual do trabalho”.⁽³⁵⁾

Entretanto, mesmo reconhecendo que essa persistência do trabalho familiar só foi possível porque estava apoiada nas “tradições dos trabalhadores”,⁽³⁶⁾ a autora negligencia o quanto, do ponto de vista da classe trabalhadora, essas tradições eram importantes e como a sobrevivência do trabalhador dependia desse sistema de trabalho.

(33) N. Prado. *Antonio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. Editores, 1929, p. 58.

(34) M. C. B. Bassanezi. *Fazenda Santa Gertrudes*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Depto. de Ciências Sociais, 1973. Exemplar mimeografado, p. 130.

(35) V. Stolcke. “A Família que não é sagrada”. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 41-42.

(36) Idem, *ibidem* p. 61.

A família, enquanto unidade trabalhadora, permaneceu porque também interessava à classe subalterna. Em São Paulo, como na pátria expulsora, o trabalho do grupo era a única forma de sobrevivência possível.

Tomando como exemplo o trabalho do colono propriamente dito verificamos que: anunciado como trabalho assalariado, o sistema de colono na realidade combinava diferentes formas de pagamento — uma soma em dinheiro pelo trato do cafezal; uma soma em dinheiro pela quantidade de café colhido, e, finalmente, a permissão para o colono plantar gêneros de subsistência entre as fileiras de café. Essa colheita secundária era usada para a própria alimentação do colono e o excedente podia ser vendido por ele, possibilitando assim um lucro extra.

As discussões quanto a essa forma de pagamento originaram duas correntes na historiografia brasileira: a primeira representada pelos que vêem nesse tipo de contrato uma forma de baratear o custo da mão-de-obra, uma vez que o salário não é pago aos trabalhadores individualmente, mas conforme a quantidade de tarefas executadas e pelo total da produção entregue por toda a família,⁽³⁷⁾ posição com a qual concordamos em linhas gerais. A segunda é a corrente que vê nesse mesmo tipo de contrato e no seu caráter familiar a alavanca de poupança que possibilitou ao imigrante italiano se tornar pequeno proprietário.⁽³⁸⁾

A bipolarização metodológica não resolve, contudo, todas as diferenças entre os historiadores, pois apoiando suas análises na forma de pagamento não explicam, do ponto de vista do imigrante, a importância que o trabalho de todo o núcleo representava para sua sobrevivência.

A análise do quanto recebiam pelas diferentes tarefas executadas, e de como essas tarefas eram distribuídas dentro da família, nas lavouras cafezeiras, e de quanto cada um de seus elementos proporcionava à caixa comum, nos permite uma importante aproximação da nossa afirmativa.

Imediatamente após sua chegada a São Paulo, quatro em cada cinco italianos, estavam ligados a um núcleo familiar e trabalharam, pelo menos durante sua fase de adaptação, na lavoura. Considerando apenas a economia cafeeira, os exemplos de contabilidade familiar são escassos. Uma

(37) V. Stolcke e M. M. Hall. *The introduction of free labour into São Paulo coffee plantations, labour costs and family structure*. S. Paulo, 1980, pp. 19-20, exemplar mimeografado; J.S. Martins. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 85-87.

(38) Nessa linha ver os trabalhos de T. H. Holloway, *Migrations and mobility: immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brasil, 1886-1934*. Tese de Doutorado, Universidade de Wisconsin, Madison, 1974; Idem: "Condições de mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo. 1885-115 — uma análise preliminar". In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 2(6): 145-180, dez. 1972; E. R. Durham. *Assimilação e Mobilidade*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiro — USP, 1966.

parte da documentação nos apresenta estimativas, já para o século XX.⁽³⁹⁾ Assim, um núcleo típico: marido, mulher, um filho e um empregado, ou um casal com dois filhos, obtinha receitas anuais de 890\$000 réis em 1905.⁽⁴⁰⁾ Desse total, 560\$000 réis, isto é 63%, era produto do cultivo e da colheita de 4.000 pés de café conforme seu contrato; outros 330\$000 réis, os restantes 37%, vinham da venda de milho, feijão, arroz e alguns animais, ou seja, um terço das receitas. Essa mesma família gastava cerca de 547\$000 réis (62%) para manter-se durante um ano, poupando assim 343\$000 réis (38%). Como se vê, o que seria considerado poupança vinha dos produtos alternativos. O trabalho no cafezal garantia apenas a subsistência.

Outro exemplo é de uma família numerosa, de sete pessoas, que recebeu 1120\$000 réis pelo conjunto de seu trabalho em 1895, no interior de São Paulo. Dessa importância, 850\$000 réis (76%) vinham do trato e colheita de 9.000 pés de café, os restantes 270\$000 réis (24%) foram obtidos com a venda de cereais e animais e trabalhos extraordinários. Essa família poupou 500\$000 réis, isto é, o equivalente a 45% da receita de um ano, quantia apenas marginalmente superior à anterior. Mais da metade das suas economias veio das culturas intercaladas.⁽⁴¹⁾

Esses são os dados brutos. Nesses balanços não estão computados quaisquer despesas extras, principalmente com médicos e remédios, causa de perda de anos de poupança para muitos. Mesmo em casos que não chegam ao extremo, isto é, perda total das economias, o percentual gasto com médicos e remédios girava em torno de 7% ao ano, o que pode ser atestado por exemplos mais concretos.

Duas cadernetas examinadas por uma autora italiana, quando da sua visita a São Paulo, em 1907,⁽⁴²⁾ nos dão o seguinte quadro: numa família não acometida por doenças crônicas, as despesas com médicos e remédios restringiam-se a cerca de 3% do total ganho no ano, mas em casos de famílias acometidas por doenças crônicas, como conjuntivite, tracoma etc.,

(39) As dificuldades ao se utilizar a "caderneta de trabalho" para esses cálculos são enormes, porque as fazendas, ao contabilizar seus contratados, preocupavam-se exclusivamente com o número de trabalhadores e não especificamente se eram homens ou mulheres. Muitas vezes, a família colônica recebia um número, isto é, na sua caderneta vinha assinalado simplesmente o número da casa em que morava. Ver: M. C. B. Bassanezi, op. cit., p. 180, P. Colbachini, "L'emigrazione italiana negli Stati Uniti del Brasile" In: *Rassegna Nazionale*. Firenze, LXXXII (320): 126, mar. 1895.

(40) G. P. Di Savoia, op. cit., p. 36; B. Frescura, op. cit. p. 122.

(41) A. Zettiry, *Il Brasile e il secondo Congresso Geografico Italiano*. Roma, Tip. G. Bertero, 1891.

(42) G. Lombroso, *Nell'America Meridionale*. Milano, Fratelli Treves Edit., 1908, pp. 50-55.

doenças que em certas fazendas atingiam até 75% das pessoas,⁽⁴³⁾ as despesas com médicos e remédios subiam para 7%.⁽⁴⁴⁾

Para darmos uma idéia do que significam as contas com médico, integralmente retiradas dos lucros dos camponeses, basta lembrar que em 1905/7, época em que a autora faz seus relatos, o preço de um hectare de terra variava de 40\$000 réis a 60\$000 réis, exatamente o que custava a visita de um médico e os remédios.⁽⁴⁵⁾

Os percentuais de distribuição de renda para a empreitada variam muito pouco em relação ao caso colônico. Numa estimativa feita⁽⁴⁶⁾ para cinco anos de trabalho de um grupo formado de três adultos, dois homens e uma mulher, o total ganho pela família empreiteira foi de 4610\$000 réis. Suas despesas para o mesmo período foram de 2737\$000 réis, isto é, 60% do total, enquanto suas economias atingiram a cifra de 1872\$500 réis, ou seja 40% da sua receita. Nesse balanço também não estão computadas as despesas com médicos e remédios. De qualquer forma, uma vez que o empreiteiro já devia ter algum capital para iniciar o trabalho (ao menos a quantia suficiente para se manter por um ano) essa cifra pode variar um pouco e alguma poupança podia aparecer, como aconteceu com um certo número de empreiteiros, sobretudo até a primeira proibição oficial de se plantar café, que data de 1902.

Diz um observador da época: “os salários do empreiteiro caem mais tarde... por planta formada... chegando mesmo em muitos casos a não se pagar os empreiteiros. Com a lei que proibia novas plantações, em 1902, o empreiteiro teve o seu enterro oficial”.⁽⁴⁷⁾

Não encontramos em relação à empreitada, relatos sobre a divisão sexual do trabalho. No entanto, dada as condições semelhantes do trabalho colônico, que analisaremos em seguida, nada indica que os percentuais referentes à participação masculina ou feminina variassem. Se pensarmos no que era a formação de um cafezal, diríamos mesmo que a carga de trabalho aumentava para todos.

“Alguns proprietários dão ao empreiteiro uma cabana com a floresta já abatida... outros lhe dão a floresta virgem que deve

(43) O. Felici, no seu trabalho, cita o relatório apresentado pela Associação Rockefeller, o qual afirma que nas fazendas paulistas 75% dos seus moradores apresentavam tracoma ou outros tipos de doenças “bicho-do-pé”, verminose, problemas hepáticos, chegando mesmo, algumas delas, apresentarem índices de 94 a 95% de pessoas atingidas. Ver. O. Felici. op. cit., p. 165.

(44) A. de Zettiry diz que: em média os imigrantes gastavam com médicos e remédios 7% do que ganhavam anualmente. Ver: Zettiry, op. cit., p. 84.

(45) V. Grossi. *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di San Paolo*. Milano, Tip. Albrighi e Segati, 1914 p. 455.

(46) B. Frescura. Op. cit., p. 115.

(47) S. Coletti. op. cit., (15):5, 1908.

ser transformada em plantações... Chegando à floresta com a família, seu pensamento é a construção de uma cabana e nesse meio tempo, por algumas noites, a família dorme em céu aberto. Depois em torno da cabana plantam-se cereais e... terminada essa operação, tem início o abate da floresta a golpes de machado... Com os troncos que sobram (depois da queimada) o empreiteiro constrói uma segunda cabana que deverá lhe servir de moradia por cinco anos... Normalmente 30 quilômetros o separa do núcleo vizinho habitado...".⁽⁴⁸⁾

Neste cenário não cabia às famílias empreiteiras apenas o trabalho nas plantações, mas também a construção de casas, os reparos de estradas etc., sendo o acréscimo de tarefas distribuído equitativamente dentre o grupo familiar.

Nos contratos colônicos, as plantações e cuidados com o café ocupavam homens e mulheres indistintamente. A proporção de café que um homem podia cuidar era em média de 2500 pés, e de 1000 pés, em média, para uma mulher adulta ou um rapaz de 15 anos.⁽⁴⁹⁾ A participação nos salários recebidos pode então ser calculada em 2/3 para o homem e 1/3 para as mulheres e jovens.

Para os cereais, os cálculos são mais complicados. A quantia efetivamente recebida por um colono dificilmente será determinada com precisão, pois "nas cadernetas de trabalho era anotada somente a quantidade de cereais e animais vendidos aos fazendeiros, mas não o lucro obtido com o produto da venda a particulares"⁽⁵⁰⁾ que se encontrassem fora da fazenda. No entanto, se a venda incluísse colonos da mesma fazenda o negócio era registrado na caderneta. É assim que numa das cadernetas de trabalho de 1907, transcrita pela autora italiana G. Lombroso, se lê: Pierro Lofarce deve receber de Geronimo Gatardo a quantia de 20\$000 réis por uma carroça de milho".⁽⁵¹⁾

Se a cultura dos cereais era feita entre as fileiras do café, homens e mulheres cuidavam dela ao mesmo tempo que cuidavam do café. Entretanto, feita em terrenos separados, o colono só tinha livres as tardes dos sábados e domingos para cuidar dessas plantações.⁽⁵²⁾ Nesse caso, mulheres e crianças não ligadas diretamente à cultura do café é que deviam dar mais atenção aos cereais, norma aliás proposta como ideal por um dos observadores da época, que dizia: "aconselhadíssima é a emigração de famílias inteiras, podendo as mulheres e crianças, ainda não adaptadas aos

(48) L. Magrini, op. cit., p. 46; O. Felici, op. cit., p. 189.

(49) B. Belli, op. cit., p. 111.

(50) M. Leclerc, *Cartas do Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Nacional, 1942, p. 84.

(51) G. Lombroso, op. cit., p. 50.

(52) A. Rossi, op. cit., p. 20; S. Coletti, op. cit., (15):5, 1908.

grandes trabalhos se dedicarem às culturas subsidiárias que, se bem cuidadas, representam uma fonte de renda nada indiferente”.⁽⁵³⁾

Ao lado do café e cereais, outra fonte de renda dos colonos eram seus animais, cujos cuidados cabiam essencialmente às mulheres.

A atividade da mulher era quase sempre qualificada como “trabalhos da casa” e assim, nas estimativas do quanto um colono poderia ganhar sempre aparece: “uma família composta de 2 pessoas adultas e uma mulher que permaneça nos trabalhos da casa pode ganhar...”.⁽⁵⁴⁾

As casas entregues aos colonos possuíam um terreno onde se podia fazer uma horta e criar animais. “Como nas cidadezinhas italianas, cada casinha é rodeada por uma pequena horta na qual normalmente os colonos também constroem abrigos para os animais”.⁽⁵⁵⁾ Esses abrigos podiam ser: um “galinheiro, um chiqueiro e em alguns casos até um pequeno estábulo”.⁽⁵⁶⁾

O excedente não consumido de produtos da horta e os animais, eram vendidos; nesse caso a importância do trabalho feminino fica muito clara.

Em duas cadernetas por nós citadas, uma das famílias composta por um viúvo com três filhas meninas, o total da receita foi de 635\$724 réis por um ano de trabalho. No caso, exatamente pela falta do elemento feminino, 80% desse total correspondia a carpa e colheita e mesmo os 20% restantes não vinham de produtos de subsistência, mas de trabalhos extras realizados na fazenda como diaristas. Só 3,1% vinha de gêneros de subsistência e em suas despesas apareciam ainda gastos com carnes, verduras, leite etc., enquanto para a outra família, composta de três trabalhadores — uma mulher e dois homens — as despesas com esses gêneros são inexistentes e pelo contrário, anota algumas receitas.⁽⁵⁷⁾

Narrativas sobre casas consideradas bem sortidas, mencionam “toucinhos e linguiças que pendiam no teto da cozinha, legumes, milho e frutas secas que estavam amontoadas num pequeno depósito situado no fundo da casa”.⁽⁵⁸⁾ Muitas vezes, esses produtos eram preparados pelas mulheres mais velhas da casa pois as moças estavam ocupadas nas plantações. “Uma velhinha me levou a uma espécie de quintal para mostrar como aprendeu a fabricar sabão, fundindo água com gordura e a preparar a carne defumando-a e salgando-a”.⁽⁵⁹⁾

(53) F. Peviani. *Due milioni d'italiani in Brasile*. Roma. Tip. Soc. Editrice Romana, 1922, p. 108.

(54) G. P. Di Savoia. op. cit., p. 36; B. Frescura. op. cit., p. 115.

(55) G. Lombroso. op. cit., p. 42.

(56) V. Grossi. “Gli italiani a San Paolo”. In: *Nuova Antologia*. Roma LXV, (XVIII): 247, set. 1896.

(57) G. Lombroso, op. cit., pp. 51-55.

(58) V. Grossi, op. cit., p. 247.

(59) G. Lombroso. op. cit., p. 47.

A figura da mulher mais velha é tão importante que num balanço de uma família grande e capaz de economizar anota-se: a família é composta por “uma mulher velha, um homem adulto, uma mulher adulta, uma mocinha de 16 anos, um rapaz de 14 e duas crianças de 9 e 5 anos... que cuidam de 9000 pés de café”.⁽⁶⁰⁾ Conclui-se, portanto, que a parte da receita capaz de transformar-se em poupança, provinha em 2/3 do trabalho feminino e em 1/3 do trabalho masculino.

Resta-nos fazer um balanço do que ganhava um camarada cujo salário pode ser estimado em torno de 1\$700 réis por dia, mais a comida fornecida pela fazenda.⁽⁶¹⁾ Efetivamente, os salários, por volta de 1902/4, época dessa estimativa, oscilavam em torno de 2\$000 a 2\$500 réis por dia, quando os alimentos não eram computados, ou em regiões que pagavam melhor.⁽⁶²⁾

A receita mensal de um camarada variava, portanto, em torno de 50\$000 réis mensais, o que daria 600\$000 réis anuais, se conseguisse trabalhar continuamente. Suas despesas com roupas e outras necessidades estavam em torno de 150\$000 réis anuais, restando 450\$000 réis por ano. Ou seja, poupara 75% da receita sempre sem contar com gastos de médicos e remédios. No entanto, essas cifras poderiam variar, no caso de indivíduos casados e com filhos; para essa categoria de camaradas algumas observações merecem ser feitas.

Sua presença não era grande nas fazendas. No caso da Santa Gertrudes, os camaradas constituíam 20% do pessoal ocupado.⁽⁶³⁾ Muitas vezes, membros das famílias colônicas trabalhavam nessa categoria. As famílias que possuíam muitas crianças e velhos, podiam desviá-los para trabalhar no beneficiamento do café. O trabalho consistia em esparramar o café em grandes terreiros para secá-lo ao sol, tarefa essa que normalmente cabia aos velhos e às crianças; havia ainda a seleção manual dos grãos, isto é, eliminar os defeituosos e retirar pequenas pedras que escapavam às máquinas. Mocinhas e crianças eram os preferidos para esse gênero de trabalho e para isso recebiam um salário diário.⁽⁶⁴⁾

Muitas crianças era empregadas em condições de camaradas, como condutores de animais, “candieiro ou puxador”,⁽⁶⁵⁾ ou auxiliares no carregamento de carroças, recebendo salário equivalente a 1/3 dos normalmente pagos à categoria.

As mulheres desta categoria de trabalhadores, ou mesmo mulheres solteiras recrutadas nessa condição, podiam trabalhar como criadas nas

(60) A. Zettiry. op. cit., p. 86.

(61) B. Frescura. op. cit., p. 124.

(62) B. Frescura. op. cit., p. 124.

(63) M. C. B. Bassanezi. op. cit., p. 150.

(64) B. Belli. op. cit., p. 102.

(65) M. C. B. Bassanezi. op. cit., pp. 143, 199.

fazendas ou costureiras. Anúncios freqüentes no *Fanfulla* ⁽⁶⁶⁾ pediam empregadas domésticas, costureiras, babás para as fazendas, discriminando mesmo, algumas vezes, de que região da Itália preferiam, “alta Lombardia ou Veneto”. Seus salários acompanhavam os dos camaradas, em se tratando de adultas, e caíam à metade para mocinhas e meninas.⁽⁶⁷⁾

De qualquer forma, os camaradas que conseguiam trabalhar o ano inteiro podiam poupar mais do que os colonos, pois recebiam salários individuais maiores, por tarefas mais especializadas ou em momentos de demanda concentrada por mão-de-obra, como as colheitas. Sendo seu custo maior, não interessava aos fazendeiros manter um grande contingente de camaradas em suas propriedades.

A fazenda, como unidade produtiva, também ocupava trabalhadores especializados — carpinteiros, maquinistas, administradores —, mas não cabe aqui nos alongarmos sobre isso, uma vez que não representavam um percentual significativo.

Em síntese, para uma família típica de colonos e empreiteiros italianos, podemos concluir que a mulher ajudada pelas crianças com menos de 12 anos, contribuía praticamente com a metade do dinheiro recebido durante o ano. Isso porque garantia 1/3 do trabalho no café e 2/3 nas culturas auxiliares: como o café representava, segundo os testemunhos da época, cerca de 2/3 das receitas, a mulher respondia por 4/9 do ingresso bruto, o homem, por 5/9.

Sabemos ainda que, além desses trabalhos incluídos diretamente na atividade econômica do imigrante, a mulher cuidava da casa, costurava, cozinhava. Assim, sua importância para a sobrevivência da família é ressaltada na afirmativa de uma autora da época:

“Dadas as condições de trabalho, a emigração para as fazendas pode convir só quando o camponês tenha uma família numerosa, isto é, quando possa dispor de muitos braços e 3 ou 4 crianças que possam ajudá-lo na colheita, mas sobretudo, quando tenha uma mulher ativa e inteligente que saiba usufruir das vantagens que a fazenda lhe oferece: a horta, a lenha dos bosques, o pasto, que saiba fazer o sabão, a charcuteria, criar porcos e galinhas; que saiba ainda, sozinha educar, vestir e lavar a pequena família...”⁽⁶⁸⁾

(66) O *Fanfulla* foi o jornal italiano de maior circulação em São Paulo. Fundado e dirigido por Vitaliano Rotellini, seu primeiro número apareceu em 2/7/1893. Era um semanário dominical e foi depois transformado em diário. Durou até os anos 50. Ver: F. Cenni. *Italianos no Brasil*. São Paulo. São Paulo, Martins Edit./USP, 1975, pp. 279-286.

(67) *Fanfulla* 3-8-1903.

(68) G. Lombroso, op. cit., pp. 56-57.

A conjugação do esforço de todos os membros da família era a chance de juntarem algumas poupanças, sustentando os sonhos de montar um pequeno negócio, comprar um lote de terra, ou mesmo, voltar à pátria abandonada. Era a única maneira que possuíam para manter sua autonomia enquanto camponeses e afastar o fantasma da proletarização. Isso, porém, exigia um esforço hercúleo de toda a família.

Entre quatro e meia e cinco horas da manhã começavam a trabalhar; às nove e trinta, a mulher do colono ou alguma criança levava o almoço, no qual era gasto meia hora, pois às 10 horas retornava-se ao trabalho. Ao meio-dia novamente um dos elementos da família levava um pouco de café com pão e parava-se por mais quinze minutos. Em seguida, trabalhava-se até as dezessete e trinta⁽⁶⁹⁾ sem qualquer descanso, para recomçar tudo novamente no dia seguinte.

Nada além do trabalho era permitido, porque qualquer centavo dispendido a mais significava menos economias. A descrição de uma casa nos dá o limite do quanto pouparam.

“A mobília era modesta, mas limpa; na cozinha panelas, caçarolas e louças, que eram na maioria de barro cozido, algumas vezes esmaltadas; mesas e algumas cadeiras ou bancos, raramente armários. Essa era a escassa mobília...; no quarto, um leito normalmente alto... com lençóis de pano grosseiro, mas limpos; um baú no canto continha as roupas...; das paredes pendiam imagens de santos, crucifixos, retratos de parentes distantes, quadros da família real, de Garibaldi ou Mazzini”.⁽⁷⁰⁾

O clima, por sua vez,

“permitia ao colono vestir-se durante todo o ano com algodão riscado e a indumentária consistia em calças e camisas, para os homens; saia, uma blusa e um longo avental, para as mulheres. As cabeças estavam sempre cobertas com um lenço ou um chapéu. A toalete domingueira consistia unicamente em roupas limpas”.⁽⁷¹⁾

Se acrescentarmos a ausência de escolas para as crianças, bem como qualquer forma de vida societária ou lazer, entenderemos porque vários observadores da época diziam que o imigrante italiano, em São Paulo,

(69) M. B. Zanotti. “Il distreto del R. Vice Consolato di Italia in Ribeirão Preto”. In: *Bollettino del Ministero degli Affari Esteri*. Roma, (8): 47, agosto de 1915.

(70) V. Grossi. op. cit., p. 247.

(71) S. Coletti. op. cit., p. 46; A. Lomonaco, *Al Brasile*. Milano, Tip. Vallardi, 1900, p. 312.

em vez de melhorar política, social e culturalmente, sofrera um processo de aumento de selvageria.⁽⁷²⁾

De fato, a esses homens e mulheres, não por opção, mas por imposição do mercado de trabalho, nada restava senão o trabalho:

“o elemento indispensável e insubstituível na agricultura brasileira e, portanto, de todo o país; que da agricultura extrai o alimento principal, é o homem, o colono, o trabalhador italiano — a máquina mais perfeita e robusta, que mais produz e menos consome, que não se estraga jamais e nem se cansa, que faz cem trabalhos diferentes e de forma inteligente. . . De fato, nas plantações do Brasil, o homem é o instrumento agrícola fundamental, ou melhor, o homem e a enxada. . .”⁽⁷³⁾

O espectro de ser transformado em uma simples máquina produtora era aterrador, para homens acostumados à auto-suficiência da pequena propriedade, à multiplicidade de tarefas, a uma produção diversificada e à expectativa de poder reconquistar sua autonomia perdida. No entanto, o esforço conjunto da família era a única possibilidade de reconquista de um mundo de trabalho — da pequena propriedade —, tão árduo quanto o das fazendas, porém livre das relações de produção opressoras.

Para isso, não hesitaram em enfrentar a onipotência dos senhores, quando o trabalho da unidade familiar foi ameaçado usando armas peculiares: paralisação do trabalho, boicote da produção, mobilidade geográfica.

3. A LUTA PELO TRABALHO DE TODOS

Apesar dos diferentes tipos de contratos e de uma certa autonomia na escolha de atividades a executar, algumas condições de vida no Brasil eram comuns a todos os grupos de italianos.

M. Hall, descreve com perícia o cotidiano a que esses homens e mulheres tiveram que se adaptar, começando pelo ambiente nas fazendas e todos os estigmas que os marcavam: casas pobres sujas e pequenas, o isolamento a que estavam confinados, as doenças — grande pesadelo que acompanhou os italianos como uma sombra durante os quarenta anos da grande imigração —, o perfil escravocrata da maioria absoluta dos fazen-

(72) A. Rossi. op. cit., p. 31; G. P. Di Savoia. op. cit.; S. Coletti. op. cit., p. 56.

(73) V. Ferri. *L'Italia nel Brasile di domani*. Milano. s.e. 1924, p. 24.

deiros que, como árbitros incontestes, determinavam sobre a vida e a liberdade de seus empregados como se estas lhes pertencessem. É bom lembrar que o colono não obedecia só aos horários de trabalho, mas todo o resto do seu tempo era também determinado pelo poder da fazenda; suas horas de repouso, suas escassas horas de lazer, sua liberdade de entrar e sair, bem como de receber visitas.

Nada, porém, foi pior para os colonos do que as violências físicas, morais e econômicas a que estavam submetidos. Casos de espancamentos, assassinatos, estupros e perseguições eram comuns. Eram abuso corriqueiro, do ponto de vista econômico, a falta de pagamento, o pagamento por vales, roubos nas medidas de café e a obrigatoriedade, para muitos, de só comprar nas vendas das fazendas a preços muito maiores do que nos arredores.⁽⁷⁴⁾

Poderíamos aqui insistir nesse filão de denúncias com as quais concordamos inteiramente e onde sempre se pode juntar particularidades assustadoras. Mas, optamos por investigar de que maneira, apesar de todas essas dificuldades, o colono italiano orientou seu comportamento para fazer frente ao meio hostil, uma vez que 60% dos que chegaram a São Paulo aqui ficaram.

Nesse sentido, interessa-nos, além das manifestações próprias do operariado organizado, as outras formas de resistência que os colonos italianos apresentaram. Estes tinham por meta a reconstrução do mundo perdido no país de origem. Para isso era essencial assegurar a unidade de trabalho familiar, o respeito pelo trabalhador, a reconquista da pequena propriedade. Tratava-se de uma batalha para manter o que um autor italiano chama, com pertinência, “a autonomia camponesa”,⁽⁷⁵⁾ que nada mais significa do que a luta contra a proletarização, já iniciada no país de origem muito antes do próprio ato de emigrar, e que marcará fortemente a ação do grupo italiano em São Paulo.

Não foram raras as incompreensões devido à ausência de uma participação política mais intensa ou à carência de maior organização dos colonos italianos frente a todo tipo de arbítrio a que estiveram submetidos.

J.S. Martins, justifica a ausência de um comportamento semelhante ao do “proletariado urbano”, dizendo que os diferentes tipos de contratos em São Paulo, “apoiados na produção direta dos meios de vida com base familiar”, além de não poderem ser definidos como relações capitalistas de produção — exatamente por suas características —, teriam também

(74) M. Hall. op. cit., pp. 114-138; C. Ianni. *Homens sem paz*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

(75) E. Franzina. op. cit., pp. 191-200; Idem. “Società de emigrazione nel Veneto contemporaneo (secoli XIX-XX)”. Apresentado no: *Congresso nazionale di Studi Storici*. Treviso, out. 1981. Ex. mimeografado p. 39.

impedido o colono de manifestar-se, ideologicamente, enquanto assalariado, uma vez que as relações de trabalho aí estabelecidas impunham-lhes uma imagem falsa da situação: salários combinando dinheiro e gêneros, e ainda o trabalho familiar, criando uma aparência semelhante à dos meeiros ou arrendatários italianos, “impedia a esses trabalhadores rurais de se exprimirem como operários urbanos”.⁽⁷⁶⁾

M. Hall e V. Stolck — autores com os quais nos identificamos, pois suas análises estão calcadas em fatos concretos e não no que deveria acontecer e não aconteceu — apesar de não invalidarem ações que consideram individuais, como atentados aos fazendeiros e administradores, e aceitarem a grande mobilidade apresentada pelo grupo em direção a outras fazendas e cidades ou mesmo a volta para o país de origem, como “reação às condições opressivas das fazendas de café”, julgam que ações desse tipo atrapalharam o “sentimento de solidariedade entre os colonos e só raramente levaram à ação coletiva”.⁽⁷⁷⁾

No entanto, não é essa a imagem que possuímos de tais manifestações, pois antes de pensar em qualquer tipo de ação coletiva, com caráter já definido de consciência de classe, a realidade em que os imigrantes foram jogados obrigou-os a lutar por formas bem mais elementares de solidariedade, ou seja, pela preservação de valores do mundo agrário de onde saíram e que lhes eram peculiares.

O fato de ações desse tipo não conduzirem a uma contestação do Estado ou das relações de produção vigentes, bem como de terem sido avaliadas posteriormente como uma tentativa de recriar a “comunidade perdida”,⁽⁷⁸⁾ não invalida a luta dos colonos que pouca ou nenhuma atenção mereceu, a única possível dentro das atrozes condições de vida que os imigrantes enfrentaram nas fazendas de café.

E. P. Thompson, referindo-se às hostilidades dos empregados das manufaturas frente à industrialização nascente, diz algo que bem se adapta ao momento por nós analisado, sobre o comportamento do imigrante em São Paulo: É possível que suas hostilidades (a dos pequenos artesãos) frente à nova industrialização fosse uma atitude atrasada e retrógrada, seus ideais humanitários puras fantasias e suas conspirações revolucionárias pretensões infantis. Mas eles viveram aqueles tempos de aguda transformação social, e nós não. Suas aspirações foram válidas à luz da sua própria experiência. Realmente, caíram vítimas da história, mas já condenados em vida, ainda permanecem como vítimas.

(76) J. S. Martins, op. cit., p. 87.

(77) V. Stolcke e M. M. Hall, op. cit., p. 2.

(78) J. S. Martins. *A Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, pp. 13-28.

Não deveríamos ter como único critério de juízo que as ações de um homem se justificam ou não à luz do que ocorreu depois. Afinal de contas, tampouco nós estamos no final da evolução social. Em algumas causas dos homens da Revolução Industrial podemos descobrir uma profunda compreensão de males sociais que ainda estão por serem curados”.⁽⁷⁹⁾

Nesse sentido, na resistência oferecida pelos imigrantes à onipotência dos fazendeiros merece maior atenção: a busca pelo respeito à pessoa do trabalhador — no caso, as famílias trabalhadoras — e a luta pelo trabalho para todos, conceitos ignorados pelo grupo dominante.

Para a mentalidade escravocrata que ainda reinava em São Paulo e em toda a federação, a família era um valor que tinha sentido para a classe dominante, mas que não se estendia aos trabalhadores. Ampliá-los à classe subalterna não foi tarefa fácil. Talvez um dos melhores exemplos para analisar a violência desse embate, é observar como a solidariedade do grupo se concretizava, quando um dos componentes da família, especialmente as mulheres, eram atingidas em sua dignidade.

Durante todo o período escravocrata, a família, para os fazendeiros, senhores absolutos em seus domínios, era formada por “um núcleo central legalizado, composto pelo casal branco e seus filhos e um núcleo periférico, mal definido, constituído do senhor, escravos e agregados”.⁽⁸⁰⁾

A mulher negra era um objeto de que fazendeiros, seus filhos e capatazes dispunham como bem entendiam. É exatamente nessa promiscuidade à qual a escrava, por sua própria condição, pouca resistência podia oferecer, que a mulher imigrante é atirada, sofrendo seus resquícios ainda por muito tempo.

Inúmeras queixas chegavam aos consulados ou vice-consulados, nas quais, à violência moral, misturava-se a violência física. Normalmente, quando as mulheres resistiam às propostas desonestas de patrões, seus filhos ou capatazes, represálias recaíam sobre toda a família.

“Ontem, em torno de 13 horas, apresentou-se nesse escritório o Sr. Vincenzo Pietrocola, colono da fazenda “X” e me comunicou que no dia precedente, entre 15 e 16 horas, foi agredido, junto com alguns companheiros de trabalho, por indivíduos ligados ao setor administrativo da fazenda, comandados pelo capataz. . . Ficaram feridos ele, reclamante, e mais três colonos, entre os quais uma mulher. . .”

(79) E. P. Thompson, *La Formacion historia de la classe obrera — Inglaterra: 1780-1832*. Barcelona, Editorial Laia, 1977, p. 12-13.

(80) A. Cândido. “The brazilian family”. In: T. Lynn Smith e A. A. Marchant (eds) 1972, pp. 291-312.

Dirigindo-se à fazenda para saber as causas da agressão, continua o vice-cônsul:

“Procedi ao interrogatório dos próprios feridos... do qual resulta que o capataz vendo recusada sua proposta desonesta feita a Teresa Manso (a mulher ferida) e às mulheres dos outros atingidos... jurou vingar-se aplicando multas sobre seus maridos... Tendo o fato chegado ao conhecimento dos maridos, esses reclamaram ao patrão”,⁽⁸¹⁾

provocando por sua vez a ira do capataz, que não hesitou em espancar todo mundo sem que qualquer atitude fosse tomada pelo cônsul ou pela polícia.

Casos de estupro de meninas também eram freqüentes, não suscitando qualquer punição:

“No dia... a filha de L. C. de 4 anos, brincava perto da casa paterna enquanto seus pais estavam trabalhando. Aproximou-se o neto do patrão, João de Souza, de 17 anos, e com agrados e promessas de doces conduziu a pequena até os fundos de sua casa... jogando-a no chão e obedecendo aos seus monstruosos instintos, deflorou-a... O pai (ao voltar do trabalho e compreendendo tudo o que se passara), correu ao patrão pedindo justiça, mas foi posto fora de casa aos tapas... Com a pobre criatura arrebatada nos braços, o pai percorre 14 quilômetros que o separava da cidade para dar queixa ao delegado de polícia... até perceber que não tinha a menor chance de ver seu protesto levado avante, porque o delegado era parente e amigo do estuprador... Retornando à casa... fugiu uma noite com a mulher e a filha, recolhendo-se ao consulado em São Paulo...”.⁽⁸²⁾

A solidariedade aflorava em muitos casos de agressão às mulheres e o único meio que possuíam para demonstrar a repulsa, em casos do gênero, era a paralisação do trabalho.

Quando da agressão à família de Vincenzo Pietrocola, por nós relatada, “toda a colônia, em solidariedade aos agredidos e também porque estavam cansados de sofrimento recusou-se a ir para o trabalho, exigindo do fazendeiro o pagamento a que tinham direito”.⁽⁸³⁾ No entanto, a ausência de proteção policial e mesmo de qualquer atitude mais drástica do consulado, fazia com que manifestações desse gênero caíssem no vazio.

(81) A. Rossi. op. cit., pp. 83-84.

(82) F. Mosconi. *Rivelazione brasiliana — Note di un reporter*. Milano, Tip. Aliprandi, 1897, pp. 31-32.

(83) A. Rossi. op. cit., p. 83.

Apesar das divisões regionais existentes na Itália, entre setentrionais e meridionais, terem persistido em São Paulo, uma das maiores provas de solidariedade entre os imigrantes italianos foi provocada exatamente por um escândalo judiciário envolvendo a dignidade da mulher — o famoso caso Lungaretti — já tantas vezes citado.

A recusa das irmãs de Lungaretti ao assédio de Raul Salles resultou na perseguição e agressão de toda a família. Os colonos da fazenda solidarizaram-se e paralisaram o trabalho. Raul Salles tentou então despedir a família, que se recusou a sair, exigindo receber o que tinha direito. O pai de Raul, Diogo Salles, interveio na discussão e agrediu o velho Lungaretti; Angelo, vendo o pai ferido, matou Diogo Salles.⁽⁸⁴⁾ O caso não teria se transformado em escândalo — como tantos outros, semelhantes e sem nenhuma repercussão — se o agredido não fosse o irmão do presidente da República.

“A classe média dos italianos contratou um dos advogados brasileiros mais renomados para defendê-lo”.⁽⁸⁵⁾ Mas não foi só a classe média que se envolveu no caso — o que raramente acontecia —, mas toda a colônia italiana. Os anarquistas recolheram fundos para ajudar na conta dos advogados e no sustento da família, envolvendo assim também uma parte do operariado de São Paulo.⁽⁸⁶⁾

A ausência de qualquer respeito pelo núcleo da família trabalhadora aparece nos próprios contratos de trabalho. Entre os motivos válidos para o colono romper o contrato e abandonar a fazenda estava o “atentado à honra da mulher, filhas e outras pessoas da família por parte do proprietário da fazenda ou pessoas ligadas à direção e administração da mesma”.⁽⁸⁷⁾ O que demonstra que se contava com isso. Não por acaso, A. Rossi escreve em seu famoso diário: “mais desgraçados são os chefes de família que têm uma bela mulher ou uma bela filha...”.⁽⁸⁸⁾

Essa cláusula, incluída nos diferentes contratos de trabalho, estabelecidos de acordo com a vontade de cada fazendeiro, aparece também em 1904, quando foi aprovado o projeto de lei para tutelar o salário colônico e se tentou homogeneizar os diferentes tipos de contratos existentes. Em 1910, quando foi criado pelo governo paulista o Patronato Agrícola e houve a primeira tentativa de estabelecer um modelo de contrato de trabalho, obrigatório para todas as fazendas,⁽⁸⁹⁾ a mesma cláusula permanece.

(84) *Avanti*. 25-5-1901; 26-5-1901.

(85) W. Dean. *Rio Claro — um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 173-174.

(86) *Avanti*. 25-5-1901; 26-5-1901.

(87) Ver parágrafo 4 do Artigo 13. Contrato Colônico. Cit. in: V. Grossi. *Storia della colonizzazione...* op. cit., p. 471.

(88) A. Rossi. op. cit., p. 21.

(89) E. Bonardelli. “La protezione dei coloni italiani nello stato di San Paolo”. In: *Italiana Gens*. Torino, (1-2): 8, gen/feb. 1915.

No entanto, a preocupação do Patronato, organismo criado para proteger os imigrantes, não ia muito longe. No capítulo referente às suas atribuições lê-se no artigo VI: “deviam levar ao conhecimento das autoridades competentes as querelas dos trabalhadores agrícolas, referentes aos atentados contra suas pessoas, suas famílias e seus bens”;⁽⁹⁰⁾ isso porém, não passava de mera atribuição, pois a realidade era bem diferente.

Como diz um observador, já quase no fim do período imigratório italiano (1915): “as preocupações do Patronato limitam-se à poucas cláusulas que dizem respeito somente ao cuidado com as plantas de café e os salários: todas as outras condições de vida e de trabalho dos colonos nas fazendas . . . eram reguladas pelos costumes”⁽⁹¹⁾ e estes continuavam, nessa data, idênticos aos que regeram todo o período imigratório, ou seja, eram os costumes do grupo dominante, das famílias da classe detentora do poder, mas não das famílias trabalhadoras. Nesse período, entretanto, quando ocorriam atentados às famílias ou às mulheres, o método mais fácil era expulsar a família ou a mulher atingida pela violência irrestrita dos patrões, para evitar a solidariedade de outros companheiros.

Referindo-se a uma viagem por várias fazendas em São Paulo diz o comentarista da Revista *Italica Gens*, em 1915: “soube que (o fazendeiro) era o terror dos colonos, não só dos que trabalhavam em suas propriedades mas também os da redondeza; me foi dito ainda que havia desonrado uma desgraçada jovem colocando-a depois fora de casa e inculcando-a”.⁽⁹²⁾

Cabe lembrar que 40 anos de imigração em larga escala já se tinham passado e manter a família livre de atentados e violências era ainda uma batalha a ser vencida.

Um outro fator importante na reconquista da autonomia que lhes era peculiar foi a luta pela manutenção do trabalho de todos os membros da família, vital para os imigrantes italianos, como fica evidente na paralisação do trabalho de um grupo — entre 10 mil e 15 mil — de colonos da região de Ribeirão Preto, em 1913,⁽⁹³⁾ movimento considerado o ápice de reação camponesa às relações sociais de produção existentes (que relatamos mais adiante).

Vários movimentos grevistas tiveram lugar entre 1880 e 1920,⁽⁹⁴⁾ mas

(90) *ITALIA E BRASILE*. São Paulo, (4-5): 92, aprile/mag. 1912.

(91) E. Bonardelli. op. cit., p. 8.

(92) G.C. “Tra i coloni italiani nello stato di San Paolo”. In: *Italica Gens*. Torino, (3-6): 110, mar/maio. 1915.

(93) Idem, ibidem.

(94) Stolcke e Hall, apoiados em dados do *Fanfulla* para 1896/1913 dizem que nesse período, as greves tornaram-se freqüentes, chegando mesmo a assinalar algumas dezenas até 1913 e que, após essa data, os dados fornecidos pelos Relatórios do Patronato Agrícola registram mais de 100 greves até 1930. Ver: V. Stolcke e M. M. Hall, op. cit., p. 4.

a imensa maioria restringiu-se a uma só fazenda como lembram dois autores que se preocuparam com o tema; as justificativas das greves eram, quase sempre, o não pagamento de salários, tentativas de redução nos mesmos e ainda muitas pesadas ou arbitrariedades.⁽⁹⁵⁾

Só no primeiro semestre de 1895, por exemplo, um jornalista socialista em visita a São Paulo assinalou entre as 36 reclamações feitas ao Consulado Italiano a ocorrência de três greves em diferentes fazendas: uma em Ribeirão Preto, por falta de pagamento; uma em Cravinhos, por maus tratos dispensados aos colonos; e uma em Piracicaba, também por não pagamento de salários; sem contar com mais de 10 ações assinaladas, que apresentavam um certo caráter coletivo, como fugas de várias famílias de uma mesma fazenda ou reclamações de todos os colonos em outras localidades, como mostram alguns exemplos.

“A Cia. Ancona e C., de São Paulo, contratou para o Sr. Joaquim de Andrade 16 trabalhadores na Hospedaria prometendo uma quantidade de belas coisas: bom pagamento, casas, alimentos etc. Os colonos assim arregimentados partiram, mas chegando à fazenda ficaram desiludidos devido às condições encontradas: cabanas imundas e úmidas, ausência de alimentos e água. Fugiram em massa à noite, fazendo várias horas de estrada a pé com crianças, mulheres e bagagens”.⁽⁹⁶⁾

Outro relato nos traz o seguinte:

“Os colonos da fazenda São Pedro, em Ribeirão Preto, eram normalmente maltratados e espancados, além de serem tidos como escravos, não podendo sair das fazendas. Recorreram ao cônsul, o qual protestou junto à administração... o que não adiantou nada, porque depois dos protestos os maltratos foram ainda piores que antes”.⁽⁹⁷⁾

A resistência dos colonos, mesmo não envolvendo atos de paralisação ou maior solidariedade por parte de fazendas vizinhas, não poupavam as famílias trabalhadoras de represália. Assim, no caso, acima citado, dos contratados por Joaquim Andrade, a fuga resultou na prisão de todos, inclusive crianças. “Enquanto (as famílias) esperavam, na Estação de Ribeirão Preto, o trem para voltarem... a São Paulo, foram circundados por uma companhia de soldados... e presos”.⁽⁹⁸⁾ Destino semelhante tiveram 14 outras famílias que fugiram de uma fazenda de Batatais, 6 que saíram de Guataporá. Exemplos como esses se repetirão incessantemente até bem depois de 1920.

(95) Idem, *ibidem*.

(96) F. Mosconi, *op. cit.*, p. 33.

(97) Idem, *ibidem*, p. 36.

(98) F. Mosconi, *op. cit.*, p. 33.

Apesar dessa violência contra colonos, greves envolvendo toda uma região só ocorreram após 1910, embora algumas fazendas pudessem ser consideradas cidades independentes, devido à sua extensão e número de empregados: a Dumont, por exemplo, abrigava, em 1895, seis mil italianos, aos quais juntaram-se, no referido ano, mais de mil e quinhentos conacionais.

Em 1890, o pagamento anual pelo tratamento (carpa) de mil pés de café era de, em média, 50\$000 réis, enquanto a colheita valia \$500 réis por 50 litros, unidade de medida da época.⁽⁹⁹⁾ Nesse ano chegaram a São Paulo, cerca de 38 mil italianos, número modesto em relação à grande explosão que começou no ano seguinte e marcou a época de extraordinário crescimento do plantio, que desembocou na crise de superprodução de 1906/1907.⁽¹⁰⁰⁾ Passadas duas décadas, em 1912, o tratamento dos mil pés de café passou a custar 100\$000 réis anuais (carpa), enquanto a colheita subiu para \$600 réis por 50 litros.⁽¹⁰¹⁾ Ou seja, registrou-se um aumento de salários pela carpa de 66% no período. Vale registrar que o número de imigrantes chegados a São Paulo nesse ano foi de 102 mil, pois começava uma nova expansão da área plantada em consequência da recuperação dos preços que acompanhou a primeira intervenção do governo no mercado internacional.

Portanto, em situações relativamente semelhantes, isto é, no começo de um dos ciclos de expansão que classicamente descreveu o mercado do café,⁽¹⁰²⁾ o custo do imigrante foi multiplicado por 1,6 num período de 22 anos.

Esse aumento não foi, contudo, suficiente para acompanhar a evolução do custo de vida. Segundo relatos de funcionários consulares italianos, “nos anos entre 1889 e 1912, o preço médio do arroz nacional, do bacalhau, do açúcar e do trigo se elevou a mais do dobro; o preço da carne seca mais que triplicou e o arroz estrangeiro aumentou para mais do quádruplo”.⁽¹⁰³⁾ Considerando os artigos de vestuário e os remédios, “pode-se dizer que o custo de vida mais que triplicou nas grandes capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, nesse período”.⁽¹⁰⁴⁾

Baseado nesses mesmos relatórios e nos salários dos colonos de 1884 a 1914, M. Hall efetuou cálculos que lhe permitiram afirmar: “em termos monetários, os salários, entre 1902 e 1910, haviam aumentado impercep-

(99) M. M. Hall. *The origins of mass immigration in Brazil: 1871-1914*, Ph. D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, 1969, ex. mimeografado.

(100) *Relatório anual da Secretaria da Agricultura de São Paulo: 1912-1913*, São Paulo, 1914, p. 195.

(101) M. Hall. op. cit., p. 184.

(102) A. Delfin Neto. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, I.P.E., 1931.

(103) “Il rincaro dei generi di prima necessità al Brasile”. In: *Bollettino dell’Emigrazione*, Roma, (10): 77, ott. 1913.

(104) *Ibidem*, p. 82.

tivelmente, mas por volta de 1914 haviam retornado apenas ao nível de 1884".⁽¹⁰⁵⁾

Se essa era a situação dos colonos, a dos camaradas não apresentava melhores perspectivas: seus salários não escapavam a essa flutuação. Apesar dessas condições, os proprietários tentaram alterar a forma de pagamento, com a intenção de impedir que os produtos de subsistência continuassem a ser plantados. Essa mudança representaria, além da redução do já parco salário, a anulação de uma das últimas formas de autonomia frente às relações de trabalho existentes, ou talvez, aniquilar a última ilusão sobre a possibilidade de escapar à proletarização.

O que ocorreu na lavoura, posteriormente, é um bom exemplo do temor que os imigrantes tinham acerca da divisão da única força que possuíam — o trabalho conjunto.

Não sem razão, afirma um velho colono entrevistado por V. Stolck:

“como colono, a família trabalhava junta, homens e mulheres faziam todos o mesmo trabalho. Onde um ia, a família inteira ia... a colheita era feita por todos juntos, não como hoje, que só as mulheres colhem o café... o número de pés de café contratados dependia do tamanho da família e tinha que ser cuidado todo o ano... a família trabalhava junta, não em turma, como agora, a turma espalha todo mundo... nós (os homens) também trabalhávamos como diaristas, quando não havia nada para fazer com o café, mas nossas mulheres não trabalhariam por dia... elas iriam limpar o arroz, feijão na roça da família”,⁽¹⁰⁶⁾

ou seja, ainda podiam sonhar com uma certa poupança advinda dos produtos de subsistência.

Descontada uma certa dose de idealização do passado — uma harmonia que não correspondia à realidade, implícita neste relato, dele ressalta a visão que o colono possuía do seu próprio trabalho. Para homens que já haviam experimentado, no próprio país de origem, o eterno vagar à procura de empregos sazonais — como no caso da grande maioria que entrou após 1886 —, aquilo que modernamente, no Brasil, convencionou-se chamar de “bóias-frias”, não era uma experiência desconhecida.

Ausência de contratos anuais, agenciamento por donos de caminhões, intermediários entre patrões e trabalhadores, enfim, a constituição do que J. Scott e L. Tilly, apropriadamente, denominam “unidade assalariada ao

(105) M. M. Hall. op. cit., p. 142.

(106) V. Stolcke. op. cit., p. 66.

invés do trabalho conjunto”⁽¹⁰⁷⁾ eram situações a ser evitadas e enquanto foi possível, os imigrantes lutaram para que isso não ocorresse.

Por isso, a situação tornou-se explosiva a partir de 1910/11, quando os fazendeiros da região de Ribeirão Preto começaram a implantar as alterações, ou seja, a impedir que se continuasse o plantio dos produtos de subsistência entre as fileiras do café. Esta era uma questão ainda mais crucial do que a dos salários e levou à eclosão da greve de maio de 1913, como atestam os jornais e comentários da época:

“Em diversas e importantes fazendas ao redor de Ribeirão Preto... os colonos italianos se recusaram nesses dias a começar a colheita do café com os salários vigentes. Justificaram sua atitude dizendo que as dificuldades econômicas cresceram muitíssimo nesses tempos, especialmente por causa do enorme aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e da proibição, por parte dos fazendeiros, de cultivarem cereais entre as fileiras do café”.⁽¹⁰⁸⁾

Esses produtos intercalares, como vimos, significavam, em média, 1/3 dos salários recebidos pelos colonos, exatamente a fatia que lhes permitiria, de acordo com o tamanho da família e a maior ou menor quantidade de trabalho desta, conseguir formar algumas poupanças e no fim de alguns anos montar um pequeno negócio nas cidades ou comprar um pequeno lote de terra.

Analisada por vários autores, a greve de 1913 é vista como um marco dentro da historiografia do movimento trabalhador em São Paulo.⁽¹⁰⁹⁾ Pela primeira vez foi possível uma manifestação organizada envolvendo a paralisação de uma região importante dentro do panorama cafeeiro. O sucesso, ainda que pequeno — se considerado como um embrião para futuras lutas de colonos ou para a organização do trabalhador do campo — foi muito grande se considerarmos o número de pessoas envolvidas, o abalo que sofreu pela primeira vez a onipotência dos fazendeiros de café, e o triunfo representado pela manutenção por mais alguns anos do trabalho da unidade familiar.

Escreveu o vice-cônsul italiano da região de Ribeirão Preto, em 1915: “o sistema de plantar feijão, impedido há um certo tempo pelos fazendeiros, sempre ciumentos do café, por medo de que o colono desse mais atenção às próprias culturas de subsistência... está sendo retomado lentamente”.⁽¹¹⁰⁾

(107) J. W. Scott and L. A. Tilly, op. cit.

(108) E. Bonardelli, op. cit., p. 24.

(109) P. S. Pinheiro e M. M. Hall. *A classe operária no Brasil: 1889-1930 — documentos* Vol. I. São Paulo, Alfa Omega, 1979, p. 118; A. Piccarolo, “La fisiologia d'uno sciopero”. In: *Rivista Coloniale*. Roma, (8): 1-30, ago., 1913.

(110) M. B. Zanotti, op. cit., p. 48.

Sem dúvida, o trabalho familiar garantia maior exploração do fazendeiro sobre o grupo, mas a ele se opunha o trabalho itinerante, sem qualquer vínculo empregatício — já experimentado na Itália por um grande número de colonos — ao qual seriam jogados os colonos com a modificação na forma de pagamento, levando ao esfacelamento do grupo familiar. Assim, perderiam os colonos a unidade familiar, única arma para escapar à proletarização eminente. Por isso, lutaram enquanto foi possível por manter as culturas de subsistência e a unidade familiar pautando seu comportamento, pelos valores da sociedade de origem, mas simultaneamente lutando para que fossem reconhecidos num país em que o trabalho e o grupo trabalhador eram meros objetos, dos quais os fazendeiros dispunham como bem lhes aprouvesse.